



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES



Secretaria-Executiva
Departamento de Governança Institucional
Coordenação-Geral de Governança de Fundos

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FNDCT - EXERCÍCIO 2021

Abertura: Aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2021, às 14h00, na Sala de Reunião Virtual, acessada pelo link: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/mcti-cggf>, na Plataforma Conferência Web, da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, foi iniciada a reunião, a qual teve a participação dos seguintes membros e convidados do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CD/FNDCT): Sr. **Marcos Cesar Pontes**, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI, Presidente do CD/FNDCT, **Sergio Freitas de Almeida**, Secretário-Executivo do MCTI, dos Conselheiros: **Waldemar Barroso Magno Neto**, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep; **Evaldo Ferreira Vilela**, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; **Maria Zaira Turchi** – Vice-Presidente do CNPq; **Jackline de Souza Conca**, representante titular do Ministério da Economia; **Michelle Feversani Prolo** e **Flávia Pedrosa Pereira**, representantes suplentes do Ministério da Economia; **Anderson Lozi da Rocha**, representante suplente do Ministério da Educação; **General de Brigada Moacir Rangel Júnior**, representante suplente do Ministério da Defesa; **Victor Pina Dias**, representante suplente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; **Guy de Capdeville**, representante suplente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; dos representantes titulares da Comunidade Científica pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC: **Carlos Augusto Grabois Gadelha**, **Anderson Stevens Leonidas Gomes** e **Helena Bonciani Nader**, pela Academia Brasileira de Ciência – ABC; do representante suplente da Comunidade Científica: **Jailson B. de Andrade**, pela Academia Brasileira de Ciência - ABC; dos representantes titulares do Setor Empresarial: **Pedro Wongtschowski** e **Jorge Luis Nicolas Audy**, pela CNI; **Julieta Costa Cunha**, representante suplente do Setor Empresarial, pela CNI; e pelo representante titular dos Trabalhadores da área de C&T, **Antonio Renan Arrais**, pela CODEFAT; e ainda com a presença de membros das equipes técnicas da Finep: Adriano Lattarulo – Diretor Financeiro, Marcelo Silva Bortolini de Castro – Diretor Científico e Tecnológico, Otávio Augusto Burgardt – Diretor de Inovação e Felipe Aurélio Caetano de Bastos – Assessor da Presidência. Contou ainda com a presença dos seguintes convidados: Gianna Cardoso Sagazio – Diretora de Inovação da CNI, Cândida Oliveira – Gerente Executiva de Inovação da CNI, Carlos Alberto Flora Baptistucci – Secretário-Executivo Adjunto – SEXEC/MCTI, Júlio Cesar Ferreira Pereira – Consultor Jurídico – CONJUR/MCTI, Christiane Gonçalves Corrêa – Secretária de Articulação e Promoção da Ciência – SEAPC/MCTI, Marcelo Gomes Meirelles – Secretário de Estruturas Financeiras e de Projetos – SEFIP/MCTI, Marcelo Marcos Morales - Secretário de Pesquisa e Formação Científica – SEPEF/MCTI, Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim – Secretário de Empreendedorismo e Inovação – SEMPI/MCTI, Alexandre Augusto Villain da Silva – **Diretor do Departamento de Administração** - SEXEC/MCTI, Luiz Fernando Fauth – Assessor da SEXEC/MCTI, Pietro Loretti Vaccaro – Assessor da Sexec/MCTI, Sônia da Costa – Assessora da SEXEC/MCTI, Johnny Ferreira dos Santos – Diretor do Departamento de Governança Institucional – DGI/MCTI, Lilian Rose Peters – Coordenadora-Geral de Governança de Fundos – Substituta – CGGF/MCTI, Paula Regina Comin Cabral – Coordenadora de Gestão de Fundos – COGEF/MCTI, Marcela Galo Teodoro – Assistente Técnico – CGGF/MCTI, Elenice Thomas Carvalho – Assistente Técnico – COGEF/MCTI, Sílvia Cássia da Silva – CGGF/MCTI, Marilda Jacinto Bauer – MCTI, Fábio Alexandre Barreto da Silva – Coordenador das Organizações Sociais/MCTI, Jorge Guimarães – Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – EMBRAPII, Igor Nazareth – EMBRAPII, José Roque – Diretor-Presidente do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM, Luiz Arnaldo Pereira Cunha – Diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, João Valsecchi – do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM, Marcio de Miranda Santos - Diretor-Presidente do CGEE, Regina Silvério – CGEE, Marcelo Viana – Diretor-presidente Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA e Nelson Simões – Diretor-

Presidente da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP. **Abertura:** A reunião foi iniciada com a fala do Ministro *Marcos Cesar Pontes*, Presidente do CD/FNDCT, com posterior conferência dos Conselheiros presentes. Verificado o quórum, o Presidente declarou aberta a reunião e foi pedido que fossem dadas as orientações iniciais acerca da dinâmica da reunião, explicando os itens de pauta, os procedimentos para o uso da palavra pelos conselheiros, a ordem de apresentações e como seria o processo de deliberações. Em seguida, o Presidente do CD/FNDCT falou acerca do andamento do PLN nº 16, no Congresso Nacional, que traria recursos Não-Reembolsáveis na ordem de R\$ 655 milhões para compor o Plano Anual de Investimentos do FNDCT de 2021, e que traria também destinação para os *Radiofármacos* no montante de R\$ 34,5 milhões. Informou ainda que o MCTI injetou, de maneira emergencial, o montante de R\$ 19 milhões, limite permitido para remanejamento entre ações orçamentárias na legislação, a fim de se fazer uma cobertura emergencial e se dar continuidade na produção dos *Radiofármacos*, informando que a produção se encontrava parada por falta de recursos havia dez dias. Afirmou que a expectativa de aprovação do PLN foi frustrada em virtude da uma alteração de última hora oriundo de um Ofício do Ministério da Economia que modificou a destinação dos recursos, excluindo o FNDCT e beneficiando iniciativas de outros Ministérios. Além do descontentamento com a situação ocorrida, informou aos Conselheiros sobre outra alteração, que considerava ainda mais preocupante para o FNDCT, dessa vez com a inclusão de dispositivo no PLN nº 12 da LDO de 2021, que prevê a possibilidade de inclusão de recursos do Fundo, no exercício de 2021, na Reserva de Contingência. Tal dispositivo foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Poder Executivo, com a introdução do Art. 56-A na LDO 2021. Na sequência, o Presidente do CD/FNDCT informou que o MCTI já havia adotado algumas providências como o encaminhamento de um Ofício para a Secretaria de Governo da Presidência da República - SEGOV, para o Ministério da Economia e para a Casa Civil da Presidência da República, além de ter afirmado que havia falado pessoalmente com o líder do Governo no Congresso e com o Presidente da República acerca da necessidade urgente de reversão dos recursos do FNDCT e como resposta relatou que houve um comprometimento do líder de Governo, Senador Eduardo Gomes, e do próprio Presidente da República a fim de se reverter essa situação. Destacou ainda a importância do trabalho do Conselho Diretor no tocante a aprovação do Plano Anual de Investimento, contemplando as demandas aprovadas, de modo a agilizar os empenhos dos recursos quando disponibilizados para que fossem imediatamente executados. Na sequência, o Sr. Sergio Freitas, Secretário Executivo do MCTI, informou que após as duas reuniões anteriores houve a necessidade de se fazer alguns esclarecimentos formais aos Conselheiros e com isso foram produzidos alguns documentos técnicos elaborados pela SEXEC/MCTI a fim de sanar as dúvidas levantadas. O Sr. Sergio informou que esses documentos foram encaminhados juntamente com a Ata da última reunião, ocorrida em 11 de agosto. Sobre as Organizações Sociais, informou que foi realizada uma consulta a CONJUR do MCTI que explicou que as OSs poderiam participar na divisão dos recursos do Fundo, mas salientou a necessidade de uma adaptação devido ao modo de funcionamento peculiar de cada uma e que sua formalização ocorre por meio de um contrato de gestão firmado com o MCTI. Explicou ainda que, para que as OSs recebam os recursos do FNDCT para projetos e ações será necessária a realização de um aditivo ao contrato de gestão inicial que elas mantêm com o MCTI. Dando sequência, o Sr. Sergio informou que o ano de 2021 foi de mudanças benéficas para o Conselho Diretor do FNDCT que possibilitaram amplas discussões e maior segurança nas etapas seguintes para a aprovação do Plano Anual de Investimentos. Afirmou que após a 3ª Reunião Extraordinária do CD/FNDCT todos os 15 Comitês Setoriais também realizaram suas reuniões, no período de 17.08.2021 a 09.09.2021, conforme Anexo 01, as quais aprovaram a maioria das Cartas-Propostas. O Sr. Sergio explicou também que os recursos previstos para o ano de 2021 foram suficientes e para o ano de 2022 a previsão orçamentária seria mais do que suficiente para atender todas as demandas dos diversos Comitês Setoriais, OSs, subvenção, dentre outros. Informou que após a realização das reuniões dos Comitês Gestores, o Comitê de Coordenação dos Fundos - CCF e também se reuniu, em 23.09.2021, e consolidou todas as propostas, resultando em 53 propostas dos Comitês e mais 53 propostas de Ações Transversais, Subvenções e de OSs, totalizando 106 Cartas Propostas para o Plano Anual de Investimentos de 2021, afirmando que os recursos previstos para o FNDCT em 2021 foram suficientes para atender toda a demanda qualificada apresentada. Disse que por conta desse trâmite apresentado houve a elaboração do Plano Anual de Investimentos a ser deliberado. Salientou que, para fins informativos, as 53 Carta-Propostas aprovadas pelos Comitês Gestores somavam R\$ 1,1 bilhão para o ano de 2021, totalizando R\$ 1,75 bilhão. Com isso, afirmou que houve um aumento na proposta orçamentária para os Comitês Setoriais de R\$ 864 milhões para R\$ 1,1 bilhão, ocasionando um aumento de quase R\$ 236 milhões. Quanto ao CNPq, afirmou que houve a antecipação para 2021 de toda a demanda, totalizando R\$ 280 milhões, para a finalização do compromisso assumido dos projetos dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCTs, além do atendimento integral da demanda do Edital Universal em 2021, no montante de R\$ 200 milhões. Finalizou sua explanação destacando a relevância do trabalho realizado pela SEXEC na produção dos documentos técnicos informando que eles estavam à disposição dos Conselheiros para sanar quaisquer dúvidas. Por fim, reforçou que todas as demandas, sobretudo a do CT-Infra, haviam sido acolhidas e afirmou que os recursos de R\$ 3,67 bilhões

para o ano de 2021 eram suficientes para atender todas as demandas apresentadas pelos Comitês, OSs, Ações Transversais, Subvenção etc. Na sequência o Sr. Carlos Baptistucci falou acerca da liberação dos recursos do FNDCT informando que haviam sido liberados R\$ 3,6 bilhões destinados aos Recursos Reembolsáveis do FNDCT e reforçou que esses recursos são aqueles destinados aos financiamentos para empresas que investem em CT&I, acessados mediante contratos de financiamento celebrados com a Finep. Relatou que, inicialmente, foram aprovados na LOA R\$ 510 milhões, em abril de 2021, para os recursos Não Reembolsáveis, e que, posteriormente, houve uma suplementação de mais R\$ 415 milhões aprovados mediante Crédito Suplementar (Lei nº 14.169, de 10 de junho de 2021). Entretanto, informou que por conta da aprovação do PLN nº 12, convertido posteriormente na Lei nº 14.212, de 5 de outubro de 2021, houve a inserção do Artigo 56-A na LDO e o cenário mudou. A inserção desse artigo trouxe a possibilidade de Reserva de Contingência dos recursos disponibilizados inicialmente do FNDCT e, como consequência disso, foram realizadas alterações no PLN nº 16, aprovado, no Congresso Nacional, na semana anterior. Relembrou ainda todo o empenho do Ministro materializado no Ofício encaminhado ao ME e encaminhado à Casa Civil e à SEGOV, com a defesa de toda a lógica de liberação dos recursos do FNDCT ao longo do ano. Argumentou que todo o trabalho foi realizado com a previsão inicial na ordem de que os R\$ 3,6 bilhões para os recursos Não Reembolsáveis, o que resultou na elaboração do Plano Anual de Investimentos que contempla a alocação para esses recursos do FNDCT ora disponibilizado para deliberação e aprovação por parte dos Conselheiros. Explicou que a despeito da situação, o objetivo era o de continuar lutando para a liberação desses recursos e de sua possível execução. O Presidente agradeceu a participação do Sr. Carlos Alberto pontuando a necessidade de se pensar a longo prazo a respeito do percentual Não Reembolsável, em relação ao valor total anual do Fundo, também para 2022, complementou acentuando que ainda existiam recursos disponíveis para o Reembolsável, mas que considerava o aumento do percentual de recursos para o Não Reembolsável importante e passou a palavra aos Conselheiros. Com a palavra, o Sr. Pedro Wongtschowski disse que gostaria de um esclarecimento acerca da Lei Complementar que proibia o contingenciamento do FNDCT transformando o Fundo em contábil e financeiro. Argumentou que, em seu entendimento, isso significava que os recursos eventualmente não aplicados em determinado ano continuavam como parte do patrimônio financeiro do FNDCT e questionou sobre a preocupação de se empenhar todos os recursos disponíveis no corrente ano e em caso de não utilização dos recursos no ano se eles seriam naturalmente incorporados ao FNDCT e a própria lei previa que as receitas financeiras oriundas da aplicação destes recursos passariam a fazer parte do FNDCT. O Sr. Carlos Baptistucci informou que por ser um fundo financeiro, administrado pela Finep, os recursos orçamentários e financeiros do FNDCT continuavam disponíveis apesar de que, infelizmente, o entendimento é o de que ainda não poderiam ser utilizados enquanto não houvesse a liberação correspondente da sua previsão orçamentária. Na sequência, a Conselheira Helena Nader informou que existe um documento elaborado pela Comunidade Científica e pelo Setor Empresarial e solicitou que ele constasse na ata da reunião, se aprovado por todos os Conselheiros. Dando continuidade, ela também falou que todos os setores têm lutado para reverter este quadro atual, quer seja por meio de artigos, entrevistas. A Conselheira Helena demonstrou sua indignação e argumentou que apesar do contingenciamento ocorrido não poderia se calar. Afirmou que tinha consciência de que o Conselho Diretor estava fazendo sua parte, mas acreditava que a figura do Ministro e do MCTI estava sendo desrespeitada em decorrência da parte interessada não ter sido ouvida acerca das mudanças propostas pelo PLN nº 16 e o pelo PLN nº 12. Informou que considerava importante o esclarecimento a opinião pública nesse contexto de modo a promover uma pressão para que o Governo ouvisse o posicionamento da ciência propiciando um diálogo promissor. Com a palavra o Sr. Anderson Gomes informou que os documentos citados pelo Sr. Sérgio não haviam sido recebidos no momento em que foi orientado que eles seriam novamente disponibilizados. Foi informado que os documentos haviam sido enviados por e-mail, junto com a Minuta da Ata da reunião ocorrida no dia 11.08.2021. O e-mail foi enviado no dia 07.10.2021 às 12:06, conforme consta em cópia no Anexo 02, deliberação eletrônica nº 04/2021. No entanto, a equipe de apoio aos Colegiados da Secretaria-Executiva do MCTI, SEACO, foi incumbida de disponibilizar novamente o material para todos os Conselheiros. O Sr. Anderson fez um complemento ao que foi dito pela Sra. Helena corroborando com a sua indignação e falou que, ao ser indicado como Conselheiro pela SBPC, se sentiu frustrado em virtude da mudança de destinação dos recursos o que afetava significativamente o que havia sido deliberado e aprovado no curso das últimas reuniões e finalizou dizendo que apesar dos desafios ainda se sentia motivado para enfrentá-los. O Sr. Audy reiterou que na reunião do dia 06 de agosto havia feito uma consideração, dada a relevância e importância das deliberações no contexto do Conselho Diretor, acerca da implementação de um grupo de trabalho que fizesse uma análise prévia dos encaminhamentos visando subsidiar o processo decisório dos Conselheiros nas reuniões destacando que essa análise prévia era uma boa prática recomendada e finalizou destacando a importância da criação deste grupo de trabalho antes do processo deliberativo e das decisões. O Sr. Sérgio Freitas pontuou que esta era uma sugestão importante e que em decorrência das reuniões realizadas pelos Comitês Gestores e do CCF foram inúmeras as Carta-Propostas analisadas. Citou que apesar de cada Comitê Setorial ter examinado as suas próprias Cartas, elas foram objeto

de reanálise e que essa atuação dos diversos representantes não poderia ser a de somente chancelar as propostas apresentadas, defendeu que caberia a cada instância examinar no detalhe o que estava sendo tratado e reiterou que qualquer proposta no sentido de permitir ampla discussão temática nas instâncias do FNDCT era muito bem-vinda. Falou que a prática de criar um Grupo de Trabalho era bem-vinda e que poderia ser implementada para as próximas reuniões. Informou ainda que após a reunião do CCF, foram elaborados todos os Termos de Referência das 106 Carta-Propostas aprovadas de modo a dar maior celeridade ao processo ressaltando a antecipação de providências no âmbito da Finep, CNPq e MCTI e comentou que as mudanças promovidas pela aprovação do PLN nº 12 e do PLN nº 16 surpreendeu a todos no Ministério. A seguir, o Sr. Gadelha citou o mal-estar provocado em toda comunidade científica e em todo o setor produtivo considerando que houve uma narrativa perversa em que os recursos foram alocados como reembolsáveis, sem passar pela decisão do CD, para depois - considerando sua não execução pelas condições desfavoráveis de juros nos financiamentos - usar este argumento para os cortes em recursos não reembolsáveis. Demonstrou a sua indignação diante da deliberação de uma proposta fictícia de um orçamento inviável de ser executado ressaltando o momento ímpar de pandemia em que a ciência teria um papel central de relevância, mas que o governo, por meio do contingenciamento aprovado, negligenciava. O Ministro acolheu a manifestação do Conselheiro Gadelha, mas reiterou que o trabalho diretivo do Conselho deveria ser mantido normalmente em razão de ser a instância decisória do FNDCT. O Sr. Antônio Arrais iniciou sua participação emitindo a indignação de todo o setor dos trabalhadores da ciência e tecnologia e afirmou que houve, a despeito do bom trabalho realizado pelos Conselheiros, um esvaziamento da atribuição do Conselho provocado pelo contingenciamento de recursos. Em seguida foi lida pela Conselheira Helena Nader uma manifestação assinada pelos representantes titulares e suplentes da Comunidade Acadêmica, do Setor Empresarial e pela Representação dos Trabalhadores em Ciência e Tecnologia – CODEFAT a saber: *“Os membros deste Conselho que representam a sociedade civil manifestam com perplexidade e veemência seu repúdio às ações implementadas pelo Ministério da Economia (ME), poucas horas antes da votação do PLN nº 16/2021, que resultou em uma estratégia/manobra para retirar do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) que seriam liberados e que beneficiariam diretamente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A liberação fazia parte do cumprimento da Lei Complementar nº 177/2021, que proíbe o bloqueio de recursos do FNDCT em Reserva de Contingência a partir deste ano. O fato descumpra a lei complementar e as decisões feitas por este Conselho em reuniões anteriores para alocação dos recursos do fundo. Ainda, refutamos também a alteração introduzida pelo PLN nº 12 de 2021, no que se refere ao artigo 56-A inserido na LDO que passa a permitir o contingenciamento do FNDCT (“Poderá permanecer em Reserva de Contingência do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico o saldo remanescente de alterações orçamentárias efetuadas até 31 de dezembro de 2021”). Com relação aos encaminhamentos deste Conselho visando aprovar os projetos onde serão alocados os recursos do FNDCT reforçamos a importância da constituição de um GT do próprio Conselho visando analisar previamente as propostas encaminhadas pelo MCTI. Desta forma, o GT geraria um parecer sobre a proposta ao Conselho, visando subsidiar os membros na votação. Este encaminhamento, já solicitado anteriormente e não implementado, apesar da aprovação no próprio Conselho, é uma boa prática comum a muitos Conselhos da Administração, deliberativos e consultivos. Destacamos também a importância da análise prévia da conformidade com as recomendações dos órgãos de controle envolvidos.”* O Presidente do Conselho agradeceu a participação, pediu que a manifestação constasse em ata e reforçou a necessidade de se elaborar uma resolução que tratasse do percentual do Reembolsável de modo a torná-lo viável além da necessidade de se ajustar a taxa de captação da Finep, atualmente a TJLP. A Sra. Michelle, representante do ME, pediu apenas que fosse feita uma ressalva de que não acompanhava o teor do texto apresentado. O Conselheiro suplente do BNDES, a Conselheira titular do ME – Jackline Conca e a Conselheira suplentes do ME – Flávia Pedrosa Pereira - optaram por se abster da assinatura do manifesto e os demais representantes subscreveram demonstrando apoio à manifestação apresentada. Após a manifestação dos Conselheiros, passou-se a apresentação do Plano Anual de Investimentos pela Finep. O General Barroso informou que a Finep, enquanto secretaria-executiva do FNDCT, havia realizado um bom trabalho em articulação com o MCTI. Em seguida passou a palavra para o Sr. Marcelo Bortolini, Diretor Científico e Tecnológico, que procedeu a apresentação do Plano Anual de Investimentos Não Reembolsável para 2021 conforme consta no Anexo 03. Na sequência foi concedida a palavra ao CNPq para suas considerações sobre o assunto do Não-Reembolsável. O Presidente do CNPq citou sua preocupação em relação aos PLNs aprovados e apresentou os dados para o ano de 2021 conforme consta no Anexo 03. A partir de então, foi autorizado o ingresso na reunião, dos representantes das 6 (seis) Organizações Sociais que mantêm contrato de gestão com o MCTI, para que os mesmos fizessem uma breve apresentação quanto aos projetos propostos para serem implementados com recursos do FNDCT, conforme as Cartas Propostas apresentadas. A Organização Social EMBRAP II fez sua apresentação, por intermédio, do seu diretor-presidente, Sr. Jorge Guimarães, conforme consta no Anexo 04. Em seguida RNP também apresentou sua proposta por meio do seu diretor, Sr. Nelson Simões, conforme Anexo 05.

O Ministro agradeceu a participação e ressaltou a importância das OSs para o desenvolvimento da ciência no país destacando a excelência dos serviços desempenhados sobretudo por essas ligadas ao Ministério. Em seguida, dando continuidade à apresentação das OSs concedeu a palavra para o Sr. João Valsecchi, diretor do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, para que fizesse a sua apresentação conforme Anexo 06. A próxima OS a apresentar foi o CNPEM que procedeu sua apresentação por meio do seu diretor, Sr. José Roque, conforme Anexo 07. O CGEE apresentou a sua proposta por meio de seu diretor, Sr. Marcio de Miranda Santos, conforme o Anexo 08. Por último, o Sr. Marcelo Viana, diretor presidente do IMPA, realizou a sua apresentação conforme Anexo 09. Finalizadas as apresentações o Sr. Ministro abriu a palavra aos Conselheiros para a sessão de debates e esclarecimentos, a qual ainda contaria com os representantes das OS para prestar esclarecimentos, e comunicou que na sequência, após a fase de discussão, seria votado o Plano Anual de Investimentos Não Reembolsável e logo em seguida seria feito um intervalo para que no retorno fosse deliberado sobre o Plano Anual de Investimento Reembolsável. O Conselheiro Pedro Wongtschowski esclareceu que estava fora do país e sugeriu deixar alguém para representá-lo ou que se passasse direto para a votação. A Conselheira Helena Nader solicitou que os debates fossem realizados apenas no âmbito do Conselho. Foi esclarecido que todas as apresentações que envolviam o Plano de Investimento Não Reembolsável foram realizadas por meio da Finep, CNPq e Organizações Sociais e que a proposta é abrir a palavra para manifestação dos Conselheiros e após, colocar o PAI em deliberação. Em relação ao Conselheiro Pedro, não havendo a possibilidade de permanecer na reunião, o mesmo poderia antecipar o voto que seria considerado. O Conselheiro Pedro em seu voto esclareceu que havia grande mérito em várias propostas apresentadas, mas afirmou ser contrário o seu voto quanto à aprovação do PAI, por considerar que as atribuições deste Conselho não estão sendo cumpridas na decisão de alocação de recursos e no embasamento técnico e jurídico requerido para a tomada de decisões. Com a palavra a Conselheira Helena Nader iniciou dizendo que não tem qualquer dúvida em relação ao trabalho das Organizações Sociais, mas que se manifesta contrariamente, no sentido de que, se critica o fato do Ministério da Economia colocar 50% para recursos reembolsáveis, também critica o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que trouxe uma decisão, já tomada, de 25%, que é o total permitido para Organizações Sociais. Por maior mérito que tenham e tem, não poderia se calar vendo um CNPq, pobre, sem dar apoio a todas as universidades federais, estaduais, institutos federais, etc. Apesar das belezas que as OSs representam não consegue, num momento de penúria, pobreza total, ver prioridades tão claras, somente em seis instituições do país, no caso as 6 (seis) Organizações Sociais. Trata-se de 25% dos Recursos. O CNPq recebeu, após muita discussão, e não vai mais receber, porque foi retirado recursos na ordem de R\$ 600 milhões pelo Ministério da Economia, é meio díspare, não tem como não deixar de manifestar, por isto não gostaria de estar se manifestando na presença das OSs, que não fazem parte deste Conselho. Manifestou ainda sua insatisfação, apesar do mérito de todas elas e não foi discutido que iria no limite superior. Declarou seu voto contrário, além do fato de que, infelizmente, por algum motivo, recebeu apenas os Planos Reembolsáveis e Não Reembolsável e que os documentos que o Secretário Sérgio mencionou, que são muito relevantes não foram recebidos. Esclareceu estar votando como cidadã e que entende que tinham sido humilhados pelo Ministério da Economia, o qual tem que rever os seus atos. A comunidade acadêmica e científica não está aprovando porque não se sente mais à vontade em ser desrespeitada. Manifestou ainda sentir-se desrespeitada. Manifestou-se também em relação às universidades, dizendo estar com dúvidas, pois foi falado que iria dinheiro para o CT-Infra. Questionou se haverá editais para Universidades e quais seriam os recursos. Entende que não está muito claro. Argumentou que o CT-Infra é quem irriga as Universidades, e que foi por meio dele inclusive que se financiou parte do Sirius. Trata-se de um desabafo, pois 25% do total dos recursos não reembolsáveis para as OSs enquanto as Universidades estavam à míngua, entende não ser compreensível. Esclareceu que entende que em função do prazo, foi preciso utilizar a modalidade Encomenda, mas deixou claro que a Encomenda deve ser a última instância. Que o atraso na liberação dos recursos deve ao Ministério da Economia, o qual deveria ter liberado todos os recursos em junho e no mês de outubro os recursos ainda não estão sendo liberados. É um país que não cumpre a Lei e que depois se faz um subterfúgio para bloquear novamente ou se contingenciar. É muito grave. Esclareceu estar desde os 18 anos de idade militando na Ciência, trabalhando especificamente pela Ciência e sua evolução nos últimos 20 anos e nunca viu isso acontecer. Viu no Governo Temer, ser dado dinheiro da repatriação, para o Sirius e o CNPq. O Ministro agradeceu a fala da Conselheira e alertou ao colegiado que estava sendo feita a deliberação do Plano como um todo entendia as colocações da Conselheira Helena Nader, na sequência passou a palavra ao Secretário-Executivo Sergio para explicar alguns dos questionamentos levantados pela Conselheira. O secretário Sergio externou sua satisfação em ouvir a Conselheira Helena Nader, afirmando que a leva sempre em consideração e entende perfeitamente a sua luta e a indignação, quanto a não liberação dos recursos do Fundo. Em seguida passou a tecer alguns esclarecimentos que entendeu necessários para a decisão do Conselho: 1 - Lembrou que quando da realização das reuniões anteriores deste Conselho Diretor, foram colocadas em deliberação as propostas orçamentárias de 2021 e 2022 para o FNDCT. A proposta de 2021 foi aprovada por unanimidade, pelos mesmos conselheiros que ali estavam, e já previa a destinação de

25% dos recursos Não Reembolsáveis para as OSs, o que não prejudicou nenhum Comitê Setorial. Todos os projetos e Carta-Propostas que foram submetidos a todos os Comitês Setoriais foram aprovadas e incorporadas ao Plano de Investimento de Recursos Não Reembolsável de 2021. As poucas propostas que não foram aprovadas, tiveram o entendimento de que deveriam ser reformuladas. Assim, o recurso que está sendo destinados às Organizações Sociais, não está prejudicando nenhuma outra ação prevista no FNDCT para 2021. Não está se canibalizando absolutamente nada. Tudo o que foi proposto e considerado válido foi aprovado. A destinação dos recursos para as OSs se justificava em razão da magnitude dos projetos, e por isso foi pedido a cada um dos diretores das Organizações Sociais que apresentassem o que elas pretendiam fazer com os recursos de 2021. E todos concordaram que essas ações são importantes e necessárias.

2 – Esclareceu à professora Helena Nader entender perfeitamente quando ela disse estar sendo desrespeitada pela decisão do Ministério da Economia, mas esse desrespeito não foi, em nenhum momento, deste Conselho e suas instâncias. Este Conselho tem discutido todas as ações nos seus diversos fóruns, seja nos Comitês Setoriais, seja no CCF, seja no Conselho Diretor, afirmando que as discussões estavam sendo conduzidas no mais profundo respeito a todos os integrantes deste Conselho, dos Comitês Setoriais e do CCF. Esclareceu ainda que embora a manifestação da Conselheira Helena Nader represente o que muitos deste Conselho gostariam de dizer também, quanto aos problemas com as liberações dos recursos para o exercício de 2021, mas não foi o que aconteceu em nenhuma dessas nossas reuniões, não houve esse desrespeito. Não podemos nos deixar contaminar por decisões ou atos praticados por outras instâncias que não as deste Conselho.

3 – Dirigindo-se à Conselheira Helena Nader sobre sua colocação referente ao valor destinado às OSs ser muito alto, disse que o Ministério fez questão de trazer aqui a este Conselho, uma explicação de cada um dos diretores a fim de que falassem de suas ações e que demonstrassem que esses valores alocados para as Organizações Sociais eram perfeitamente razoáveis diante da dimensão dos projetos que estavam sendo planejados por essas organizações e, esse valor é de R\$ 891 milhões. Já o CNPq, pelo plano de investimento proposto, receberá recursos da ordem de R\$ 795 milhões em 2021, caso se consiga reestabelecer os recursos previstos na Lei Orçamentária de 2021. O CNPq estará recebendo uma parcela muito significativa de recursos que será quase equivalente aos recursos totais para todas as seis organizações sociais e, por isso, considera que não há nenhum absurdo em destinar 25% para as OSs, e foi demonstrada, nesta reunião, a relevância dos projetos delas, conforme as apresentações. Por outro lado, a não aprovação do Plano de Investimento de 2021, em um gesto de protesto, pode estar contribuindo para o jogo dos adversários, de que o FNDCT não é capaz de executar as ações previstas em nenhuma circunstância. Não há nenhuma vantagem em deixar de aprovar os Planos Anuais de Investimentos, com base em problemas que não foram causados pelo Conselho nem pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. A condução desta reunião é no sentido de aprovar a totalidade dos recursos e, posteriormente, lutar para reestabelecer os valores que foram retirados e os que ainda faltam liberar. Esclareceu ainda à Conselheira Helena Nader que em todas as reuniões, sejam elas presididas pelo Sr. Ministro ou pelo Secretário Executivo, a conduta sempre foi de inteira transparência, não havendo nada de extraordinário do que vem sendo feito. Como último esclarecimento, em relação às Encomendas e às Chamadas Públicas, em relação à documentação que foi encaminhada aos Senhores Conselheiros, disse que não há um privilégio em relação a Encomendas, pois todas as propostas que foram apresentadas nos Comitês Setoriais foram aprovadas, fossem de Encomendas fossem de Chamadas Públicas. Esclareceu ainda que no material que foi encaminhado estava especificado que os valores destinados às Chamadas Públicas em 2021 eram muito superiores aos valores das Encomendas. Há restrições às encomendas, mas o processo foi conduzido, desde o início, com muita transparência e sem privilegiar, absolutamente, nem Chamadas Públicas, nem Encomendas. Tudo o que foi submetido e considerado válido, foi aprovado. Finalizou agradecendo a atenção de todos e espera que os esclarecimentos prestados tenham sido suficientes e colocou-se à disposição para outras informações que os Conselheiros desejarem. Com a palavra o Sr. Ministro que informou a importância da chamada universal do CNPq, do projeto dos INCTs, bem como uma série de coisas importantes para o país, que dependem da liberação dos recursos do FNDCT, informou ainda que havia se ausentando por alguns minutos para atender uma ligação do Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, colocando-se à disposição para ajudar o MCTI a restituir, rapidamente, os valores que estão sendo cortados, e também informou que havia falado com o Senador Eduardo Gomes, líder do Governo no Senado, também com a Ministra Flávia Arruda, ou seja, todas as providências estão sendo tomadas para se ter o retorno desses recursos o mais rápido possível, mas que nada disso vai fazer sentido se não for aprovado o Plano Anual de Investimento de 2021, para que haja a utilização dos recursos. Milhares de jovens esperando por bolsas, organizações com projetos essenciais aguardando a liberação de recursos, inclusive vacinas para os brasileiros, por isto a importância de aprovação do Plano de Investimentos de 2021 por parte deste Conselho. Temos que ser uma equipe unida, de modo a resolver os nossos assuntos, para não ficarmos na dependência de outros ministérios para tomarem decisões. O momento é de luta e serenidade, não deixemos nos contaminar pela emoção. É necessário realizar as coisas para milhares de jovens que precisam da Ciência neste país. Aprendi a colocar a vida em prol da equipe para defender a missão e é isto que estou fazendo aqui. Não deve haver

afastamento do time, mesmo que esteja com raiva e indignação. Para vencer esta batalha temos que trabalhar juntos e aprovar rapidamente as coisas para quando chegarem estes recursos eles serem aplicados rapidamente, pela Finep e o CNPq, trabalhando de maneira correta e lógica. Com a palavra, o Conselheiro Anderson esclareceu que o ataque estava vindo de fora do Conselho, e citando a fala do Sr. Ministro e do Sr. Secretário Executivo, de que embora todo o processo já tivesse sido aprovado em reuniões anteriores, este recurso de fato não existe na prática e, que deste modo, não havia discussão sobre o mérito do que foi apresentado. A comunidade científica e os demais aqui presentes, conhecem muito bem todo o trabalho, a competência e a seriedade das pessoas que estão à frente desses projetos, o que se questiona é sim, a forma como este Conselho vem sendo tratado, de maneira desrespeitosa. Infelizmente esta é a realidade de hoje e ao aprovarmos estaremos corroborando. Estamos reagindo às forças contrárias, e, portanto, declaro o voto contrário. O Sr. Ministro, mais uma vez, esclareceu que ao rejeitar o PAI, rejeita-se o investimento do CNPq, da Finep, das OSs e que deste modo não haveria bolsas do CNPq e investimentos para vacinas nacionais. Indaga como seria a reação da sociedade a esta decisão de, em meio a uma Pandemia, o Conselho negar recursos para a Ciência. Com a palavra o Presidente da Finep, General Barroso, esclareceu que no seu entendimento, deve ser deliberado o Plano em seu conteúdo, a fim de que o mesmo ficasse em condições de ser executado e que a Finep já está preparando as Minutas de Editais e de contratos, aguardando apenas a chegada dos recursos para executá-lo. Após a manifestação do General Barroso, o Conselheiro Jorge Audy manifestou seu entendimento de que não era o Conselho que estava criando este constrangimento de redução de recursos, contingenciando o descontingenciamento, e assim por diante. Não é esta votação que definirá o futuro da Ciência no país. Não enxerga o Ministério da Economia como inimigo. Esclareceu que a Ciência, onde atua há 38 anos, não é um lugar de pensamento único, a Ciência tem um lugar de contraditório, é um espaço de reflexão, é um espaço de análise crítica, é um espaço de amadurecimento e acúmulo até a tomada de decisão. Estas são as características do mundo científico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação. Não há um isolamento da realidade ao redor. O Conselho não é uma bolha dentro de um conjunto de circunstâncias que ocorre e que as decisões possam ser tomadas como se nada acontecesse fora da bolha. Isto é legítimo, razoável e sensato. Afirmou que entende todo o mérito e boa vontade do Governo, do MCTI neste sentido, mas que era preciso amadurecer isto, são necessários mais informações e tempo para se tomar a decisão. Apesar de compreender que várias propostas têm um enorme mérito institucional, seja do CNPq, seja da Finep, sejam das OSs, por exemplo, a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – EMBRAPPII, que tem hoje um papel fundamental no desenvolvimento da inovação no país, o que considera sensato na visão de cientista e pesquisador. O que o leva a votar contrário é por não se sentir à vontade, por falta de uma maior clareza, por falta de mais tempo, por falta de pareceres técnicos que pudessem subsidiar a decisão, e atribuiu também à enorme responsabilidade que era ser membro do Conselho, cuja função é de extrema importância. As decisões têm que de ser tomadas no momento em que os conselheiros se sentam confortáveis para isto. Reconhecendo as manifestações que foram colocadas, solicitou aos presentes o entendimento da perspectiva de quem vem do mundo da Ciência, da Pesquisa, e não entendam o contraditório, o espaço de discussão como querer ser contra ou insensato, pois a ciência avança no contraditório. Acrescentou ainda a vontade de se fazer o melhor pelo país e argumentou que, no futuro, responderiam perante suas consciências, à sociedade e aos órgãos de controle. Finalizou sua manifestação agradecendo a oportunidade. Após o intervalo, atendendo solicitação do Presidente do Conselho, Ministro Marcos Pontes, O Sr. Carlos Alberto Baptistucci iniciou esclarecendo uma dúvida levantada pelo Conselheiro Pedro Wongtschowski a respeito da questão do fundo ser financeiro. Ressaltou que o FNDCT era um fundo especial de natureza contábil e financeira. Os recursos garantidos para a execução são aqueles arrecadados em cada exercício. No ano de 2021, descontada a DRU, a arrecadação esperada era da ordem de R\$ 7,2 bilhões e com base neste recurso é que a LOA constituída e votada e aprovada. Afirmou que os recursos arrecadados em 2021 que não fossem utilizados no ano corrente, não seriam utilizados nos anos seguintes. Para 2022, a previsão de arrecadação é de R\$ 8,4 bilhões e que consta no PLOA os recursos R\$ 4,2 bilhões destinados para o orçamento Não Reembolsável e R\$ 4,2 bilhões para o orçamento Reembolsável. Reafirmou que os recursos não utilizados em 2021 não seriam utilizados em 2022. Após a fase de discussão, e sem a presença dos representantes das Organizações Sociais, o Sr. Ministro Marcos Pontes passou à deliberação do PAI de forma individual, uma vez que não houve consenso inicial quanto à aprovação ou não do PAI 2021. O Conselheiro Anderson, representante da CAPES votou pela aprovação do Plano. A Conselheira Michele, representante do ME, votou pela aprovação com algumas ressalvas. Esclareceu que está como servidora pública federal, da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), com o papel de representante do Ministério da Economia no Conselho. Em relação ao PLN nº 12, o qual alterou a LDO 2021 permitindo a manutenção dos recursos do Fundo na reserva de contingência, bem como o PLN nº 16, que alterou a destinação dos recursos inicialmente previstos para o FNDCT, informou que não se trata de uma decisão do ME e sim de uma decisão do Governo como um todo, inclusive aprovada pelo Congresso Nacional. Existe toda uma legislação orçamentária e regras constitucionais que têm que ser cumpridas, cabendo ao ME a responsabilidade legal de dar cumprimento a isto. Assim como o Congresso

derrubou o veto da LC nº 177, derrubou também o veto de outros projetos de lei, o que gerou despesas para a União. Existem limites legais a serem respeitados. Quanto ao questionamento do Ministro sobre a recomposição dos recursos para o FNDCT, esclareceu que o que precisava ser feito não seria uma alteração legislativa, mas simplesmente uma decisão de quais políticas iriam ter seus recursos cancelados para permitir que fossem colocados recursos no Fundo, cumprindo o limite do teto de gastos, tratava-se de uma escolha de Governo que não caberia ao ME individualmente. Finalizando votou pela aprovação com as seguintes ressalvas: Com relação às recomendações dos órgãos de controle relacionadas aos recursos não reembolsáveis gostaria que constassem em ata as seguintes questões: a) As propostas de encaminhamento que versem sobre a LC 177 deveriam ser atualizadas para considerar a alteração da LDO 2021 por meio do PLN nº 12, o que dificultaria, sobremaneira, o cumprimento dessas recomendações. b) Recomendação 783825 - Que o Conselho Diretor do FNDCT instituísse, nas próximas resoluções, limites proporcionais e isonômicos de contribuição dos Comitês Setoriais para as Ações Transversais, de modo a não penalizar de forma excessiva alguns Comitês em detrimento de outros. Sobre isso afirmou que a legislação atual não estabelecia limites para a utilização das fontes dos Comitês Setoriais nas Ações Transversais, limitando-se a determinar as receitas que poderiam ser aplicadas nas referidas ações (§ 4º do art. 14 da Lei nº 11.540/2007). A recomendação dos órgãos de controle, pela instituição de limites proporcionais a isonômicos de contribuição dos Comitês Setoriais para as Ações Transversais, portanto, não encontrava amparo na legislação. É necessário considerar, ainda, que a arrecadação dos Comitês Setoriais era bastante desigual: uns arrecadam muito, outros arrecadam pouco. Assim, enquanto alguns possuem recursos de sobra, outros necessitam de mais recursos. A instituição de limites proporcionais poderá acabar penalizando os últimos. Além disso, engessaria ainda mais o orçamento do Fundo, dificultando o gerenciamento das fontes de recursos. Cabe acrescentar que a intenção do legislador, ao instituir as Ações Transversais, era a de conferir maior flexibilidade ao FNDCT e que parte dessa flexibilidade será perdida com a recomendação dos órgãos de controle. Manifestou ainda que essa recomendação da CGU é muito preocupante. Solicitou ainda o acesso ao parecer da CONJUR MCTI sobre fontes de recursos que poderiam ser utilizadas para custear as Organizações Sociais. A Conselheira Jackline Conca votou pela aprovação. A Conselheira Flávia Pedrosa Pereira votou pela aprovação. O General Moacir Rangel votou pela aprovação. O General Barroso, Presidente da Finep, votou pela aprovação. O Professor Evaldo, Presidente do CNPq, votou pela aprovação. O Conselheiro Victor Dias, do BNDES, votou pela aprovação. O Conselheiro Guy de Capdeville, da Embrapa, votou pela aprovação. Os Conselheiros Carlos Gadelha, Anderson Gomes, Helena Nader, Jorge Audy e Antonio Arrais votaram contrário à aprovação, esclarecendo que concordavam que havia grande mérito em várias propostas apresentadas na reunião, mas que votavam contra por não considerar que as atribuições deste conselho estavam sendo cumpridas na decisão de alocação de recursos e no embasamento técnico e jurídico requerido para a tomada de decisões. O Conselheiro Pedro Wongtschowski já havia deixado sua manifestação contrária à aprovação. Finalizada esta etapa o Sr. Ministro Marcos Pontes manifestou-se pela aprovação, ficando o resultado da votação em 10 votos favoráveis, 6 votos contrários e a representação ausente. O Ministro Marcos Pontes informou que o Plano Anual de Investimentos Não Reembolsável – FNDCT 2021, foi aprovado por maioria. Passando ao próximo item, o Plano Anual de Investimentos Reembolsável – FNDCT 2021, o qual foi apresentado pela Finep e consta no Anexo 03. A Conselheira Michele pediu a palavra para deixar claro a ressalva com relação a observância aos limites orçamentários e financeiros para todas as alíneas do Plano, a exemplo do que conta nas alíneas “a”, “b” e “c”. Finalizada a apresentação, foi aberta a palavra aos Conselheiros. A Conselheira Helena Nader perguntou quanto dos R\$ 3,5 milhões que já haviam sido liberados pelo Ministério da Economia para os Reembolsáveis, se eles seriam de fato utilizados neste ano. A Finep informou que seriam utilizados R\$ 800 milhões. A Conselheira frisou que o “ficar em caixa” ou “emprestar” onera ainda mais os recursos Não Reembolsáveis e quem perde, com isso, é o país. Com a palavra o Secretário-Executivo Adjunto, Carlos Alberto Baptistucci, esclareceu que a nº LC 177 estabeleceu que os recursos arrecadados em cada ano não deveriam ser alocados em reserva de contingência por ser um fundo de natureza especial, contábil e financeiro e que os recursos arrecadados em determinado ano deveriam ser gastos naquele ano. Portanto os recursos arrecadados em 2021 não serão utilizados em 2022. O que está previsto na PLOA 2022 e foi encaminhado ao Congresso Nacional, é a estimativa de arrecadação de 2022 de R\$ 8,4 bilhões. No PLOA 2022, o que poderá ser utilizado será na ordem de até R\$ 4,2 bilhões para Reembolsáveis e o restante, R\$ 4,2 bilhões, para Não Reembolsáveis. Os recursos não utilizados continuarão compondo o Fundo, mas não serão utilizados nos anos subsequentes, em função da natureza especial, contábil e financeira. Feitos os esclarecimentos necessários passou-se à votação do Plano Anual de Investimentos Reembolsável – FNDCT 2021. O Sr. Ministro colocou em votação o referido plano, solicitando àqueles que fossem contrários à sua aprovação que se manifestassem e àqueles que fossem a favor, permanecessem como estavam. Não houve manifestações contrárias, exceto a do Conselheiro Antônio Arrais, nos termos da votação anterior e o Plano Anual de Investimentos Reembolsável – FNDCT 2021 foi aprovado por maioria com um voto contrário, observando-se que o Conselheiro Carlos Gadelha não votou por ter se ausentado antes da deliberação. Passando para o próximo item da Pauta, assuntos gerais, o Secretário Meirelles,

convidado do MCTI, esclareceu que a discussão se daria em torno da taxa de captação de recursos pela Finep junto ao FNDCT. Existem outros fundos em que essa taxa era definida pelo Conselho, existem fundos em que a taxa é a TJLP, outros fundos que a taxa é a TR, e que, portanto, não se trata de definição de taxa de juros, mas sim qual a taxa de captação junto ao FNDCT. A Conselheira Michele se manifestou em concordância com a Conselheira Helena, esclarecendo que a taxa de captação da Finep junto ao FNDCT era a definida por lei, portanto não seria por meio de uma resolução do Conselho que se poderia alterá-la, teria que ser feita uma discussão junto com o Ministério da Economia. Ressaltou também a preocupação com essa questão proposta pela CGU referente ao estabelecimento de parâmetros proporcionais e isonômicos de contribuição das Ações Setoriais para as ações transversais. Hoje existem 15 Ações Setoriais alimentados por diversas fontes de recursos, o que já é muito difícil equacionar às necessidades das políticas públicas com as fontes de recurso. O pedido da CGU vai engessar mais ainda isso. O Diretor Johnny Ferreira dos Santos esclareceu que este é um problema enfrentado com a Comunidade Científica, com TCU, com CGU e que o Fundo tem vinculações e desvinculações de receitas. Houve um período de alta restrição fiscal, que saíram de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 500 milhões na parcela reembolsável, o Fundo teve que arcar com equalizações, contratos assumidos de empréstimo com a Finep, havia sempre um prejuízo em relação as Ações Setoriais. Com a aprovação da LC nº 177, dentro de uma certa normalidade, a CGU entende que não se justificava mais não se ter alocação de recursos nas Ações Setoriais. Reiterou que o PAI 2021, aprovado nesta reunião, já conta com R\$ 1,1 bilhão de recursos em ações setoriais. A CGU colocou que não se pode alocar todos os recursos em Ações Transversais e solicitou a recuperação dessa filosofia de equilíbrio dos recursos entre as Ações Transversais e Ações Setoriais, porque houve uma hegemonia das ações transversais em função do baixo limite do orçamento disponível para os recursos não reembolsáveis nos últimos anos. Não havia o que dividir, essa era a grande realidade. O único Comitê Setorial que tinha recurso era o CT-Infra. Hoje há condição de operacionalizar isso dentro da legalidade do Fundo e da normalidade dos recursos. A Conselheira Michelle esclareceu a importância de se alertar a CGU que embora a LC nº 177 tenha reestabelecido a normalidade do Fundo, houve o PLN nº 12 que permitiu que os recursos ficassem na reserva de contingência e a volta à normalidade está condicionada, ainda, a alocação de recursos. Essa nova situação precisava ser relatada. A Conselheira Helena Nader, com a palavra, agradeceu os esclarecimentos da Conselheira Michelle, muito bem-vindos, e colocou que a comunidade acadêmica e científica, bem como a empresarial, estava à disposição para dialogar com os diferentes sistemas "U" para a melhoria da gestão. Sugeriu, em uma próxima reunião do Conselho, pautar uma discussão sobre a CIDE, destacando haver uma ADIN a ser julgada pelo STF e a que CIDE representava quase 50% da arrecadação dos fundos, sendo preciso evitar seu bloqueio. Não havendo mais deliberações e esgotada a pauta, o Sr. Ministro agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 4ª Reunião Extraordinária de 2021 do Conselho Diretor do FNDCT às 19h26.

MARCOS PONTES

Presidente do Conselho Diretor do FNDCT



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações**, em 07/12/2021, às 13:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8539485** e o código CRC **80755896**.